

A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

The family and school partnership in the learning process

Andreia Nunes de Moraes Tasso¹

Resumo: Para a compreensão dos papéis da família e da escola no processo de aprendizagem do aluno é necessário compreender o cenário social atual. Com o passar dos anos, a definição de família e seu papel na sociedade sofre alterações, refletindo assim nas atribuições da escola. Nesse sentido, constrói-se a presente pesquisa exploratória de cunho bibliográfico a qual busca esclarecer a importância da família e escola na superação das dificuldades de aprendizagem. O objetivo dessa pesquisa é discutir a importância da parceria entre escola e família e a relevância do trabalho do psicopedagogo na mediação dessa relação. Sobre o qual considera que tanto a família quanto a escola são essenciais para o bom desempenho do aluno, destacando que quanto melhor a relação entre estas mediações, maiores contribuições para o processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem. Escola. Família.

Abstract: In order to understand the roles of the family and the school in the student's learning process, it is necessary to understand the current social scenario. Over the years, the definition of family and its role in society changes, if reflected, in the attributions of the school. In this sense, the present exploratory bibliographic research is constructed, which seeks to clarify the importance of the family and school in overcoming learning difficulties. The objective of this research is to discuss the importance of the partnership between school and family and the relevance of the work of the psychopedagogue in the mediation of this relation. He considers that both the family and the school are essential for the good performance of the student, emphasizing that the better the relationship between these mediations, the greater contributions to the development and learning process.

Keywords: Learning. School. Family.

Introdução

Na sociedade contemporânea, família e escola possuem funções complementares. No início da modernidade, as famílias eram extensas e as crianças não eram diferenciadas dos adultos, nesse contexto, a família assumia a função de assegurar a transmissão da vida, do patrimônio e do nome familiar, assim como transmitir os valores educativos iniciais. Com a ampliação da oferta educacional em instituições fora do lar, as crianças passam a receber uma educação mais formal e diferente das recebidas anteriormente.

No contexto da sociedade atual, ao se trabalhar com as famílias, faz-se necessário abandonar a velha visão de modelo familiar nuclear e passar a enxergar cada família como um universo próprio, ou seja, um sistema de relações, evitando-se, dessa forma, conceituar um modelo de família como o correto em detrimento do outro. As relações entre a família e escola necessitam favorecer um ambiente de respeito mútuo, o qual ofereça confiança e aceitação das peculiaridades presentes em cada família.

Afirma-se ainda, que soe com estranheza, que a participação dos pais no contexto escolar não ocorre de forma espontânea, e sim, através de um processo de construção coletiva, pondo-se a necessidade de previsão de mecanismos institucionais que possibilitem e motivem as práticas participativas e que apontem para a melhora gradativa da qualidade do ensino. Nessa

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090. E-mail: ana-clara2406@hotmail.com

perspectiva, destaca-se ainda a necessidade de a família participar de forma efetiva da gestão escolar, de modo a conquistar conhecimento e autonomia, ganhando assim força para lutar e alcançar a melhor qualidade do ensino.

Nesse sentido, constrói-se o presente artigo com o objetivo geral de demonstrar a importância de haver parceria entre escola e família, identificando o papel de cada instituição e se há uma dissociação desses papéis no processo educacional. Desdobrando-se nos objetivos específicos de analisar como família e escola podem juntas construir uma parceria que possa beneficiar o aluno em seu processo de aprendizagem; ressaltar a importância da afetividade e limites na escola e na família como fator primordial para o bom desenvolvimento do aluno e destacar o papel do psicopedagogo na mediação da interação família e escola.

Para tanto, constrói-se o presente trabalho a partir de uma pesquisa bibliográfica a qual é conceituada por Gil (1991) como aquela que é elaborada tendo como base materiais já publicados, os quais se constituem de livros, artigos de periódicos e também de materiais disponibilizados em bases de dados na Internet.

Contribuições da parceria entre família e escola para a aprendizagem

Para a compreensão dos papéis da família e da escola no processo de aprendizagem do aluno se faz necessário compreender como essas instituições são conceituadas no cenário social atual. Com o passar dos anos, a definição de família e seu papel na sociedade foram passando por alterações, refletindo assim nas atribuições da escola enquanto instituição social.

A família sempre foi considerada a base da sociedade, uma vez que representa a primeira instância socializadora do indivíduo, porém, diante das diversas mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais o mundo tem passado, tem trazido novas configurações a essa instituição. O modelo de família tradicional, constituído por pai, mãe e filhos e outros membros, com o comando centrado no patriarca, já não é mais exclusivo, dando lugar a novas concepções de famílias, tais como, famílias constituídas apenas por pais e filhos, ou por mães e filhos, outras formadas por casais oriundos de outros relacionamentos, famílias compostas por homossexuais, famílias apenas compostas por avós e netos, dentre outras várias possibilidades (ROMANELLI, 2005).

Sobre as profundas mudanças passadas pela organização da família na sociedade contemporânea se destaca o seguinte: “Uma das transformações mais significativas na vida doméstica e que redundou em mudanças na dinâmica familiar é a crescente participação do sexo feminino na força de trabalho, em consequência das dificuldades enfrentadas pelas famílias” (ROMANELLI, 2005, p. 77).

Destaca-se que o art. 5º, inciso 1º, da Constituição Federal de 1988 declara a igualdade entre o homem e a mulher e que no artigo 226, parágrafo 3º e 4º, ela conceitua família como relação proveniente de uma união estável e da monoparentalidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes; considerando ainda como relação familiar as ligadas pela afinidade e pela adoção (BRASIL, 1988).

Com relação à escola, ressalta-se que as mudanças pelas quais a sociedade tem passado, assim como repercute na estrutura da família, tem repercutido também em suas estruturas e em suas atribuições. Portanto, faz-se necessário entender que nesse novo contexto social a escola, além da função de transmitir conhecimentos científicos, necessita contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito (SYMANSKY, 2001).

Esse posicionamento é reafirmado por Torres (2008, p. 29) ao destacar que “[...] uma das funções sociais da escola é preparar o cidadão para o exercício da cidadania vivendo como profissional e cidadão”, ou seja, entende-se nessa perspectiva que a escola tem como função social a democratização do conhecimento e a incumbência de formação de cidadãos participativos e atuantes.

Diante desse contexto, aponta-se que a vida familiar e a vida escolar estão sempre interligadas, sendo impossível separar o sujeito em aluno e filho, ele continua sendo um indivíduo único em ambos os ambientes, por isto, há uma grande necessidade de fortalecimento da relação entre a família e a escola, pois quanto mais qualitativa essa relação for tanto melhor será o desempenho escolar desses indivíduos. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam usufruir dos benefícios que o estreitamento dessa relação pode proporcionar, principalmente dos princípios facilitadores da aprendizagem e aqueles que contribuem para a formação social da criança.

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (PAROLIN, 2009, p. 99).

Nesse sentido, aponta-se a necessidade de estabelecimento de parceria entre Família e Escola, visto que, apesar das especificidades dos objetivos de cada uma no que se refere à educação de uma criança, é necessário que uma complemente a outra e, quanto maior as diferenças e divergências maior será a necessidade de estabelecer um relacionamento cada vez mais direto. No entanto, é de ressaltar-se que nem a escola e nem a família precisam modificar completamente a forma de se organizarem em virtude das divergências, basta que estejam abertos à troca de experiências mediante uma parceria significativa e com respeito mútuo. Não é possível que a escola funcione bem de maneira isolada, é necessário que cada um, dentro da sua função, trabalhe por uma melhoria significativa do desempenho escolar das crianças.

Afetividade e limite na relação família e escola

Ressalta-se que a primeira educação recebida pela criança é a da sua família, sendo que ela passa a espelhar sua conduta e comportamento nas diferentes situações e lugares. “O vínculo familiar, em seus aspectos biológico, social e afetivo é condição para o desenvolvimento global da criança. Não há possibilidade, de sobrevivência física e psíquica no desamor” (BOCK, 2008, p. 254).

Nessa perspectiva, entende-se que a segunda educação que a criança recebe provém da escola, onde ela passa a abandonar a imitação dos comportamentos adultos, apropriando-se gradativamente dos modelos e valores transmitidos pela escola, aumentando, dessa forma, sua autonomia e seu pertencimento ao grupo social. A escola possui, dentre outras, a função de preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Passando assim, a ensinar técnicas, valores e ideais, e dessa forma, acaba cada vez mais substituindo as famílias na orientação para a vida em todos os seus aspectos, tais como, sexual, afetivo, profissional (BOCK, 2008).

Nesse contexto, compreende-se que tanto a família quanto educadores são peças fundamentais no processo de educar, no entanto, para que haja realmente o processo educativo é necessário que algo mais permeie essa relação da criança com a família e com a escola, ou seja, é importante que haja um estreitamento dessa relação através da afetividade, proporcionando uma relação mais estreita entre as crianças e aqueles que fazem parte do seu meio educativo.

Dessa forma, pontua-se que ensinar exige alegria e esperança, a alegria na arte de ensinar é fundamental, pois o educando se sente à vontade para se expressar quando está feliz e a esperança contribui para que ele seja estimulado à descoberta de novos conhecimentos. Assim, é possível separar a seriedade docente da afetividade, no entanto, o que o educador não pode permitir é que a afetividade atrapalhe o cumprimento de seu trabalho (FREIRE, 2008).

Na verdade, preciso descartar como falsa a separação radical entre a seriedade docente e afetividade. [...] A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele (FREIRE, 2008, p. 141).

Na sociedade atual, em que o espaço da criança está separado do espaço do adulto, locais como reuniões de trabalho, determinados passeios ou jogos já não são parte do mundo das crianças. A infância, no contexto da sociedade contemporânea, afasta os adultos das crianças, sendo esse tempo substituído pela convivência no espaço escolar, reafirmando-se aí a importância da afetividade no espaço da escola (KRAMER; LEITE, 1998).

Individualismo desencadeado pela ausência do outro. Apagamento da relação de autoridade. Criança sozinha. Criança que manda nos pais. Esses são apenas alguns dos fragmentos que compõem o contexto da infância contemporânea, dentre os quais destacamos a ruptura do contato e do diálogo entre adultos e crianças como questão que precisa ser analisada com maior profundidade (KRAMER; LEITE, 1998, p. 37).

Sem o estabelecimento de um bom diálogo entre pais e filhos a escola fica cada vez mais encarregada de mediar essa relação, e muitas vezes fica sem saber a que ou a quem recorrer para tentar solucionar os problemas comportamentais e de aprendizagem dos alunos, pois não se sabe se o problema com a criança pode ser resolvido com a ajuda dos pais. No contexto escolar atual são encontrados diversos tipos de personalidades e de convivência e para se relacionar com essas múltiplas diferenças é necessário o estabelecimento de diálogo entre família e escola para a percepção de dificuldades dos alunos e uma melhor aprendizagem. “É uma maneira, talvez a mais eficiente, de criar unidade de ação entre família e a escola, unidade sem a qual a educação se torna algo ineficiente e às vezes perigosa” (WEIL, 2000, p. 68).

Pontua-se que diante das novas necessidades da sociedade a escola, que antes tinha por obrigação apenas ensinar conteúdos específicos das áreas do conhecimento fundamentais para a formação e instrução das novas gerações, passa a assumir funções que antes eram de exclusividade das famílias. Fazendo com que, atualmente, o processo de ensino e aprendizagem vá além dos conteúdos didáticos, e se reconheça também a importância de se trabalhar cada aluno individualmente, facilitando seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor. Pois, ainda que os aspectos afetivos e cognitivos possuam funções bem definidas, eles são inseparáveis e influenciam diretamente na evolução do processo psíquico e de aprendizagem da criança (MONTE-SERRAT, 2007).

Estamos convencidos de que não se pode falar de educação sem se levar em conta o fator afetivo, uma vez que recebemos o conhecimento por meio das relações com terceiros. De fato, a dimensão afetiva não apenas afeta o processo educativo, mas é um sustentáculo desse processo. Por outro lado, devemos nos lembrar de que o afeto não é algo geneticamente determinado, mas aprendido durante o desenvolvimento da pessoa, desde a mais tenra infância e é a base para os demais desenvolvimentos pessoais, penetrando todas as áreas de desenvolvimento e construindo modelos de referência que nos ajudam a olhar o mundo de maneira subjetiva. O afeto e a educação podem ser considerados dois pilares fundamentais que fazem parte da nossa experiência de vida, da nossa experiência acadêmica e profissional, e nos fazem ser o que somos (MONTE-SERRAT, 2007, p. 41).

Nesse contexto surge outra questão importante que é o limite e sua interferência nos aspectos comportamentais e no processo de aprendizagem escolar. O conceito de limite vem ganhando espaço nas discussões do espaço escolar e é empregado, geralmente, como uma queixa de algo ou alguém, relacionada a questões de obediência, respeito, disciplina, boas relações interpessoais em sociedade, dentre outros aspectos da vida do sujeito em que ele pode estar apresentando problemas ou dificuldades. No entanto, o limite pode ser visto tanto no sentido restritivo, o citado acima e mais comum, quanto no sentido de superação, ou seja, de transpor as barreiras que impedem a aprendizagem (LA TAILLE, 2001).

Do ponto de vista de superação, o limite pode ser considerado como fronteiras subjetivas, as quais devem ser respeitadas nas múltiplas relações do sujeito, dentro e fora do ambiente escolar. Tais limites podem ser repensados, modificados, transpostos, mas nunca ignorados. Dessa forma, ao transpô-los, as crianças os usarão como uma espécie de trampolim, para impulsionar o desenvolvimento e a aprendizagem, bem como adquirir o conhecimento do mundo (BOSSA, 2000).

É muito importante que a relação da criança com a escola e família a leve à superação desses limites, pois, muitas vezes, é verificado que tanto na família quanto na escola, a educação, ao invés de ajudar a criança a transpor limites, a mantém no seu estado infantil. Aponta-se que:

[...] com o pretexto de respeitar a independência da criança, excluimo-la do mundo dos adultos para mantê-la artificialmente no dela, se é que pode ser chamado de mundo. Essa maneira de manter a criança afastada é artificial, porque quebra as relações naturais entre as crianças e adultos, relações estas que, entre outras coisas, consistem em ensinar e aprender, e porque vai contra o fato de que a criança é um ser em plena formação e a infância é apenas uma fase transitória, uma preparação para a idade adulta (LA TAILLE, 2001, p. 31).

Dessa forma, considera-se que a infância é por natureza uma fase marcada pela transitoriedade, pela caminhada rumo à fase adulta, sendo que nessa caminhada a transposição de limites é uma necessidade incessante. E, como o ser humano é um ser social, a educação, promovida tanto pela família quanto pela escola, é condição desse desenvolvimento que o levará a sua formação completa, ela deve ajudar a criança a identificar os limites, motivando-a para superá-los, ou seja, a educação deve auxiliar o sujeito na busca da excelência, o levando a ser melhor do que ele é nesse momento, pois indo além de seus próprios limites, o indivíduo costuma viver melhor consigo mesmo, e também com os outros, pois assim se sente capaz, e não diminuído e inferior em relação aos demais.

No entanto, deve-se considerar que escola e família também são importantes na construção dos aspectos restritivos do limite, os quais são responsáveis pela adaptação do sujeito aos padrões de comportamento esperados pela sociedade. Destaca-se que a colocação de limites, no sentido restritivo, faz parte da educação, do processo civilizador, e a ausência total desta prática pode gerar uma crise de valores e graves problemas na sociedade de uma forma geral. La Taille (2001, p. 57) expressa sua posição acerca da necessidade de construir limites restritivos com a seguinte citação: “Em primeiro lugar, creio que devem ser pensados em função do bem-estar e do desenvolvimento dos indivíduos. Em segundo lugar, devem ser pensados em função do bem-estar dos outros membros da sociedade”.

A partir dessa visão, entende-se que os limites restritivos são importantes desde que postos de forma educativa, sem ser arbitrários, ou seja, devem-se estabelecer limites pensando na criança, no bem-estar e bom desenvolvimento dela, e como consequência disso, no bem-estar daqueles que estão a sua volta, dessa forma, cabe à educação ajudar as crianças a construir e a valorizar estes limites. Nesse sentido, destaca-se a importância de parceria entre família e escola para que junto com a criança construam limites saudáveis a seu desenvolvimento.

Resultados e discussões

A problemática que norteou esta pesquisa aponta que quanto melhor a relação entre família e escola, maiores contribuições para o processo de desenvolvimento e aprendizagem. É importante ressaltar que a participação da família na educação formal dos filhos necessita ser efetiva, constante e, principalmente, feita de forma consciente e intencional, pois a vida escolar é um complemento da vida familiar na formação do sujeito.

Não existe uma fórmula ou regra preestabelecida que possibilite a efetivação da relação entre família e escola, porque cada família é única e cada escola está inserida em uma realidade distinta da outra. Da mesma forma, nessa interação, deve-se considerar essas diversificações que existem tanto no contexto escolar quanto na composição das famílias atuais, possibilitando que ambas conheçam suas realidades e construam de maneira coletiva uma relação de diálogo mútuo, e concretizem uma parceria, apesar das divergências e diversidades, promovendo através da aproximação e do diálogo uma grande mudança no relacionamento entre a Família e a Escola. Destacou-se ainda a importância da afetividade e dos limites para a construção dessa relação e para o processo de ensino-aprendizagem, tendo-se na afetividade uma importante ferramenta para fazer com que o aluno se sinta acolhido e desenvolva melhor seu potencial. É importante também que a escola e família trabalhem em conjunto na construção dos limites restritivos e na busca por meios de levar a criança a ultrapassar os limites que ela necessita superar.

Referências

- BOSSA, Nadia A. **A Psicopedagogia no Brasil**. Contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias - Uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.
- KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel (Orgs.). **Infância e produção cultural**. Campinas: Editora Papyrus, 1998.
- LA TAILLE, Yves de. **Limites: Três dimensões educacionais**. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
- MONTE-SERRAT, Fernando. **Emoção, afeto e amor: ingredientes do processo educativo**. São Paulo: Academia de inteligência, 2007.
- PAROLIN, Isabel. Limites da Educação: o papel de cada um na construção do seu espaço no mundo. **Revista Aprendizagem**, Pinhais-PR, ano 3, n. 11, mar./abr., 2009.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de. **Família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2005.

SYMANSKY, Heloisa. **A relação família/escola**: desafios e perspectivas. Brasília: Plano, 2001.

TORRES, Sueli. **Uma Função Social Da Escola**. Julho de 2008. Disponível em: <www.fundacaoromi.org.br/homesite/news.asp?news=775>. Acesso em: 2 ago. 2015.

WEIL, Pierre. **A criança, o lar e a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Artigo recebido em 30/05/17. Aceito em 10/07/17.